

EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS SUBSEQUENTES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ANÁLISE DOS IMPACTOS DE PROPOSTAS GOVERNAMENTAIS EM CACHOEIRA DO SUL-RS

Markus Erwin Brose
Jaqueline Gomes Pereira

GRUPO DE TRABALHO: GT8: Estado, políticas públicas, democracia, participação popular e movimentos sociais:

RESUMO

Apesar dos preconceitos históricos, o ensino técnico profissional tem se tornado mais relevante no Brasil, constituindo um campo em disputa no Rio Grande do Sul. Diversas iniciativas no estado buscam reduzir os índices de evasão que historicamente caracterizam esta modalidade de ensino, cujos impactos são relevantes para o desenvolvimento regional e podem contribuir ao programa federal Juros pela Educação. Este trabalho apresenta as principais propostas presentes nesse debate no RS, no período 2011 a 2023, seguindo a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu. Busca identificar o impacto das intervenções tendo como estudo de caso o município de Cachoeira do Sul, polo de produção agropecuária e de serviços na região central do estado. A pesquisa integra projeto de tese em construção e tem caráter compreensivo e interpretativo – tendo como base a análise documental de decretos, resoluções e pareceres –, e bibliográfico – concentrando-se na análise do essencial da ampla produção científica sobre o assunto no período delimitado. Conclui que mudanças em curto prazo têm gerado incertezas e instabilidade aos envolvidos com a produção da educação profissionalizante. A cada mudança são despendidos esforços no entendimento do que está sendo proposto, na elaboração de novos projetos pedagógicos e na reorganização do ensino, enfraquecendo o que deveria ser uma política de Estado, e não de governos.

Palavras-chave: Juros por Educação. Estudo de caso. Todos na escola. Pé de meia.

INTRODUÇÃO

A educação pública gratuita constitui parte essencial das garantias sociais do Estado de Bem-Estar Social, uma vez que operacionaliza os princípios da justiça social, tais como solidariedade e igualdade de chances. Produz impactos benéficos no bem-estar e contribui para a redução dos conflitos sociais, suavizando as tensões entre os estratos sociais (Silveira, 2011). O nível educacional formal da população repercute sobre o desempenho socioeconômico do território, pois por meio dele são criadas oportunidades profissionais e de crescimento pessoal. Uma melhor qualificação profissional tende a aumentar a produtividade, os salários e a mobilidade social. Países com níveis educacionais formais mais elevados também experimentam uma transformação, a sociedade tende a elevar-se culturalmente e politicamente. Desta forma, a democratização do acesso à educação deve possibilitar a formação de diferentes tipos de capitais, tais como o econômico, cultural e social (Pascoal, 2025).

A Educação Profissional Tecnológica (EPT) objetiva possibilitar aos jovens uma visão crítica sobre as decorrências políticas, sociais e ambientais das mudanças científicas e tecnológicas contemporâneas e, por conseguinte, desenvolver também as capacidades para tomada de decisões no trabalho em equipe e na liderança comunitária como um todo (Almeida; Brzezinski, 2021). Historicamente a EPT foi considerada uma modalidade educacional menos importante, por estar relacionada às classes populares. Sua desvalorização histórica esteve presente até recentemente, em razão da herança escravocrata da sociedade e da tradição cultural de valorização do ensino humanístico e propedêutico afeito às elites.

Do ponto de vista macroeconômico, a literatura aponta o potencial da EPT em gerar benefícios para a sociedade, como ganhos de produtividade, redução da desigualdade de renda, aumento do PIB e do bem-estar. Os ganhos econômicos são de tal ordem, que em abril de 2024 o Governo Federal anunciou o: “Programa Juros por Educação”, um pacto para reduzir os juros da dívida dos Estados que, em contrapartida, devem triplicar o número de matrículas no ensino médio técnico. O diagnóstico dessa proposta enfatiza:

A ideia é excelente: condicionar a nova reestruturação das dívidas estaduais a investimentos na área da educação. De acordo com o Ministério da Fazenda, 90% da dívida de R\$740 bilhões se concentra em quatro estados: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Estes e os demais estados que aderirem voluntariamente ao Programa obteriam uma redução temporária (de 2025 a 2030) das taxas de juros aplicadas aos contratos de refinanciamento de dívidas. Ao cumprir metas específicas de matrículas no Ensino Médio Técnico até 2030, o benefício de redução nos juros seria permanente (Cunha; Peruffo; Miebach, 01/04/24).

O estudo preliminar pelo Ministério da Fazenda (Brasil, 2024) registra que a participação desse tipo de qualificação na força de trabalho empregada ainda é baixa: em 2023, apenas 8,7%, considerando-se apenas os vínculos efetivos na PNAD 2023/04. Quando se considera a representatividade na massa salarial, a participação passa para 11,4% em 2023. Ainda, de acordo com dados da OCDE para 2021, o Brasil apresenta proporção de matrículas em ensino de nível técnico em relação ao total de matriculados no ensino médio (15%) mais baixa do que a de outros países da América Latina, muito distantes da média dos países da OCDE (42%).

As políticas públicas da EPT começaram a ser organizadas no Brasil com a criação das "Escolas de Aprendizizes Artífices" em São Paulo, em 1909, representando um marco importante para as políticas de educação e desenvolvimento regional. Para Costa (2011), foi assim concretizado o ensino público e gratuito que visa promover a educação profissional e tecnológica, objetivando impulsionar o desenvolvimento das regiões de sua abrangência. A crescente urbanização e a complexidade dos desafios da economia contemporânea demandavam profissionais qualificados.

Em passado recente, Camargo et al. (2021) realizaram uma avaliação do “Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego” (Pronatec) sob a perspectiva de gênero e encontram que:

- A oferta do programa aumentou as matrículas e a graduação tanto para homens quanto para mulheres. As mulheres registraram ganhos relevantes no mercado de trabalho (emprego, participação no mercado de trabalho, formalidade e rendimentos) e nas competências não cognitivas.
- Para mulheres os impactos foram de aumento de aproximadamente 33% no emprego, com ganhos nos rendimentos superiores a 50%.

Barros et al. (2023), em ampla investigação na literatura sobre os impactos do ensino técnico, observam que aqueles que concluem a educação profissional técnica de nível médio têm uma probabilidade 5,5 p.p. maior de ocupação, em sua maioria associada ao trabalho formal. Ainda, a remuneração é cerca de 12% maior em relação às pessoas com ensino médio não técnico, podendo atingir mais do que o dobro, caso o egresso do ensino técnico tenha acesso a um emprego formal dentro da área de formação, mesmo que não chegue a concluir a educação superior. Segundo os autores, o ensino técnico gera um benefício social da ordem de R\$340 mil por egresso, o que corresponde a uma relação de R\$8,50 em benefícios para cada R\$1,00 investido no ensino técnico.

Nesse contexto, Desini (2023) ressalta que as EPTs emergem como um elemento crucial para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos. Porém, acompanhando a modernização da economia gaúcha, a crescente oferta de modalidades de cursos profissionalizantes também se faz acompanhada da expansão do fenômeno da evasão escolar, problema de complexidade reconhecida em diversos países.

Michael Fullan, um dos principais arquitetos da reforma que elevou o aprendizado e a taxa de conclusão nas escolas do Canadá, destaca o papel central da gestão nesse processo: ‘Se vemos uma melhoria em nossas práticas – e os estudos de caso mostram que o aprendizado dos estudantes tem avançado no longo prazo de forma consistente –, então podemos ter certeza da diferença que a liderança está fazendo em Ontario. É inegável. Podemos rastrear, sentir e observar isso’ (Henriques; Carvalho; Barros, 2020, p. 6).

A evasão constitui fenômeno contínuo no tempo, que ressalta as contradições internas desta modalidade de ensino, bem como suas limitações face às expectativas e capacidades dos estudantes. As últimas duas décadas testemunharam iniciativas de redução da evasão na EPT no Rio Grande do Sul (RS) com resultados diversos.

Este trabalho integra uma pesquisa de doutorado em curso que objetiva uma análise crítica das experiências recentes de combate à evasão escolar na EPT no RS, tendo como pergunta problematizadora: Qual o impacto das propostas governamentais de combate à evasão escolar no período 2011-2023 no RS? Representando a primeira etapa desta pesquisa, o trabalho procede a uma sistematização das propostas em debate junto à opinião pública. Estas propostas são interpretadas como sendo integrantes de campo em disputa por recursos econômicos e simbólicos, segundo a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu. O período em tela inicia o recorte temporal em 2011, início do mandato de uma administração do campo democrático-popular, até o mais recente censo escolar, em 2023, tendo como território de pesquisa o município de Cachoeira do Sul.

Após esta introdução, a segunda seção deste trabalho procede a uma breve revisão dos elementos da Teoria dos Campos, enfatizando o papel da competição entre os agentes econômicos envolvidos. A terceira seção apresenta características econômicas do município de Cachoeira do Sul, o mercado formal de trabalho, bem como sua relevância regional. A quarta seção registra e descreve as iniciativas em curso, bem como sua inserção em Cachoeira do Sul. A quinta seção apresenta considerações finais.

CAMPOS EM DISPUTA

Embora as pesquisas de Pierre Bourdieu sobre os campos não trabalhem especificamente sob a ótica da dimensão regional, é possível perceber uma conexão da teoria com estes estudos, principalmente quanto aos diferentes processos de desenvolvimento das regiões e suas assimetrias (Mendes; Mueller, 2023). O ponto central da análise de Bourdieu se encontra na compreensão do que constitui a Teoria Geral dos Campos, e na percepção sobre as relações de poder que ocorrem dentro de um campo. Para o autor, buscando entender as relações entre indivíduos e compreender um determinado evento ou fenômeno social não basta apenas observar os acontecimentos em um determinado contexto histórico. É imprescindível explorar o espaço social onde essas interações ocorrem (Bourdieu, 2006). Assim, uma análise do espaço social também questiona os modos que geraram a percepção anterior do objeto, quem fez e quais os interesses foram satisfeitos a partir de tais práticas (Thomson, 2018).

O mundo social é constituído pelos diversos campos, que são uma espécie de microcosmos, espaços de interações objetivas que apresentam cada um, uma dinâmica própria, diferente da lógica reproduzida nos demais (Thiry-Cherques, 2006). O sentido da posição dos agentes é simbólico e é definido uma com relação às outras no interior de um campo. Os campos possuem relativa autonomia entre si; e essa autonomia estabelece as circunstâncias para uma disputa interna ao campo protagonizada pelos indivíduos (Montagner; Montagner, 2011).

A posição dos indivíduos em um campo determina a maneira na qual estes consomem, o entendimento e o posicionamento político, o acesso ao ensino escolar, artes, etc. O campo é um espaço de relações entre indivíduos, grupos ou instituições, que disputam pela ascendência, dominação ou conservação da hegemonia daquele campo (Bourdieu, 2007). A sua estrutura é composta pelas relações de força entre os agentes que lutam pelo “monopólio da autoridade que outorga o poder de ditar as regras, de repartir o capital específico de cada campo” (Thiry-Cherques, 2006, p. 37).

O campo social é um dispositivo teórico e metodológico que auxilia os pesquisadores a desenvolver métodos para compreender o mundo. Não é um espaço material palpável ou visível, ainda que tudo o que o compõe – instituições, pessoas, grupos e práticas – exista de forma física (Thomson, 2018). É a partir da relação de forças entre os agentes sociais é que o campo ganha forma. O volume de capital específico, com a junção das demais espécies de capital, é o elemento que determina a posição que cada agente e as suas possibilidades de ascensão no mesmo. Quanto maior for o seu capital específico aliado às demais formas, maiores são as chances deste agente ascender a uma posição de prestígio ou conservar o seu posto, e maior será o seu poder de dominação e controle sobre o campo e os pequenos detentores de capital (Bourdieu, 2005).

CACHOEIRA DO SUL

Localizada no centro do RS, à margem esquerda do rio Jacuí, Cachoeira do Sul dista 196 km de Porto Alegre em território de terras férteis de várzea. Integrante da Metade Sul do estado, a principal atividade econômica é a agropecuária, destacando-se as lavouras de soja e de arroz irrigado. Segundo o último censo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população encolheu 10,2% nos últimos 30 anos, chegando aos atuais 81 mil habitantes. A força de trabalho formal em Cachoeira conta com cerca de 11 mil empregos.

Cachoeira do Sul representa um município de relevância na região, destacando-se pela regularidade das vendas no comércio ao longo ano e pelo potencial de consumo. Porém, o pequeno número de novas oportunidades de negócios constitui ponto de atenção. O município não se industrializou, mantendo os tradicionais tipos de economia, perdendo a concorrência para outros municípios e caindo no ranking do PIB no estado. Cachoeira registrou 192 novas empresas até setembro de 2024, com destaque para 42 negócios digitais. Apesar disso, o número de novas empresas instaladas (22, sendo 5 digitais) foi menor que no ano anterior. Em 2023, foram 238 novas empresas no total. Considerada um centro regional importante, a cidade atrai visitantes principalmente por seus serviços de saúde (Caravela, s.d.).

Do total de postos de trabalho formais, as três atividades que mais empregam são: administração pública em geral (2.270), fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária (1.365) e atendimento hospitalar (1.005). Entre os setores característicos da cidade, também se destacam as atividades de fabricação de máquinas e equipamentos para a agropecuária e fabricação de óleos vegetais em bruto.

A cidade se destaca como um polo de EPT, tanto na rede estadual, quanto privada. A oferta de educação no Rio Grande do Sul é diversificada, com a rede estadual liderando o número de escolas (47%). A rede privada (41%) e a federal, com seus Institutos Federais presentes em 56 municípios, complementam a oferta, oferecendo desde cursos técnicos até pós-graduações. Devido a cidade receber pessoas de municípios vizinhos para o atendimento na área da saúde, o Hospital de Caridade e Beneficência disponibiliza três cursos em :Técnico em Enfermagem, Técnico em Radiologia e Técnico em Segurança do Trabalho

Quadro 1 apresenta síntese cursos oferecidos. A cidade oferece outros cursos técnicos, com destaque para a área da agricultura, na Escola Técnica Nossa Senhora da Conceição. Outros cursos que merecem destaque são da área administrativa e contábil na rede estadual de ensino: Curso Técnico em Administração da Escola Borges e o curso Técnico em Contabilidade da Escola Diva. A cidade ainda apresenta cursos técnicos do SENAI e SENAC.

Quadro 1 – oferta de EPT de nível médio em Cachoeira do Sul

Escolas ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica de nível médio				Curso
Município	Escola	Eixo Tecnológico	Curso	Matrículas
Cachoeira do Sul	ESC EST TECNICA NOSSA SENHORA DA CONCEICAO	Recursos naturais	Agropecuária	167
Cachoeira do Sul	ESC EST ED BAS BORGES DE MEDEIROS	Gestão e negócios	Administração	141
Cachoeira do Sul	ESCOLA DE EDUCACAO PROFISSIONAL DE SAUDE	Ambiente e saúde	Enfermagem	98
Cachoeira do Sul	COL ESTADUAL DIVA COSTA FACHIN	Gestão e negócios	Contabilidade	78
Cachoeira do Sul	ESCOLA DE EDUCACAO PROFISSIONAL DE SAUDE	Ambiente e saúde	Radiologia	21
Cachoeira do Sul	ESC EDUC PROF SENAC CACHOEIRA DO SUL	Informação e comunicação	Informática	15
Cachoeira do Sul	ESC EDUC PROF SENAC CACHOEIRA DO SUL	Gestão e negócios	Administração	8

Fonte: Observatório EPT (2023)

PROPOSTAS PARA REDUÇÃO DA EVASÃO NO RS

As últimas duas décadas testemunharam iniciativas de redução da evasão na EPT no RS com resultados diversos entre si.

Público não-estatal: Sistema S. Pesquisa específica do IBGE quanto à formação profissionalizante no país, em 2007, registrou a relevância do Sistema S. Dos 16,8% de brasileiros maiores de 18 anos (inclusive) que frequentaram esses cursos, 25,9% o fizeram no Sistema S. O setor privado foi responsável pela formação de 52,4% desse universo e o setor público por 16,8%. A proporção de trabalhadores adultos empregados na indústria que já frequentaram cursos de educação profissional do SENAI é bem maior: 30,2%.

O papel do Sistema S entre os trabalhadores da indústria que fazem cursos de qualificação profissional é maior do que para a economia como um todo. Dos 23,89% de adultos ocupados na indústria que frequentaram esses cursos, 35,0% o fizeram no Sistema S. A princípio, a profissionalização pode aumentar a renda via o acesso a relações trabalhistas formais (que tipicamente têm remuneração mais alta), acesso a melhores ocupações ou ganhos de produtividade na mesma ocupação. A análise por região também revela que o efeito diferencial dos cursos de qualificação profissional do SENAI é maior nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste, a qualificação profissional do SENAI não tem impactos significativamente diferentes dos cursos de qualificação profissional oferecidos pelas demais instituições (Assunção; Gonzaga, 2010).

Parceria Público-Privado: Jovem de Futuro. Lançado em 2007, pelo Instituto Unibanco em São Paulo, o Programa Jovem de Futuro forma parcerias público-privadas visando o aprimoramento das práticas de gestão e liderança nas escolas, regionais de ensino e secretarias de educação. O objetivo final é aumentar a permanência dos jovens na escola para que concluam a educação básica com nível adequado de aprendizagem, com foco nas escolas de ensino médio. O Censo Escolar mostrava que a taxa de abandono entre estudantes da rede estadual nesse nível de ensino chegou a 18% naquele ano no país, enquanto o percentual de reprovados foi de 11%. Isso significa que apenas sete em cada dez alunos eram aprovados no Brasil (Henriques; Carvalho; Barros, 2020).

O programa iniciou no formato piloto, entre 2008 e 2013, com poucas escolas atendidas e muitas ações de apoio implementadas por colaboradores do próprio Instituto Unibanco. Participaram dessa geração 197 escolas em quatro estados (MG, RS, RJ e SP). Apesar da parceria firmada com a Secretaria Estadual de Educação, o trabalho

era desenvolvido em contato direto com as escolas, 46 no RS, que recebiam formação e assessoria técnica para a elaboração, a execução e o monitoramento de um plano estratégico de melhoria. Eram pactuadas metas ambiciosas para o aumento da aprendizagem e a redução dos percentuais de abandono e de alunos em padrão crítico de aprendizagem, acompanhadas por meio de avaliações externas e por dados coletados diretamente na escola. Em 2023, o RS voltou a integrar o programa por um período de oito anos, desta vez englobando 696 escolas estaduais de 20 coordenadorias regionais, contando 168 mil estudantes, visando conferir capilaridade à iniciativa (RS, 26/09/23; 2025).

Parceria Público-Privado: Escolas Resilientes. Programa que busca a requalificação de 99 escolas estaduais distribuídas em 15 cidades, cujo critério de seleção foi o programa RS Seguro. Destas 99 escolas, cerca de 66 foram atingidas de alguma forma nos eventos climáticos em maio de 2024, sendo este um dos instrumentos utilizados para dar rápida resposta a novas infraestruturas, mais resilientes. O Contrato da Parceria Público-Privada prevê estudos que devem ser realizados pela concessionária para aumento da resiliência dos equipamentos públicos.

As cidades que contam com escolas selecionadas para o projeto são: Alvorada, Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Cruz Alta, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Viamão. Todas integram o programa RS Seguro, que norteou a escolha das instituições de ensino. Após a concessão, a empresa privada ficará encarregada de qualificar a infraestrutura das escolas e prestar serviços de apoio que não interfiram nas atividades pedagógicas, tais como: manutenção predial, conectividade, zeladoria, limpeza, segurança e vigilância, jardinagem e fornecimento de mobiliário e equipamentos.

Privado: Homeschooling/Educação domiciliar. Nessa modalidade, a criança e o adolescente não frequentam a escola, em vez disso, são educados em casa pelos pais. O *homeschooling* não é permitido no país, em 2018, o Supremo Tribunal Federal julgou que não há lei que regulamenta o ensino domiciliar. Mesmo assim, parcela significativa de eleitores gaúchos conferem seu voto a lideranças políticas que de modo reiterado buscam conferir legalidade a esta modalidade de ensino mediante argumento do ensino individualizado, da atenção ao estudante e da eliminação da evasão.

No RS um projeto de lei que autoriza o ensino domiciliar foi aprovado pela Assembleia Legislativa, em 2021, sendo o primeiro estado no país a adotar a modalidade, mas foi vetado pelo Executivo. O MP/RS também fez um pedido liminar contra a legislação, que foi acatado pela Justiça. A lei que autoriza a prática do *homeschooling* em Porto Alegre foi aprovada em 2022 pela Câmara e, depois, levada à apreciação do prefeito. Passado o prazo para análise, o Executivo não vetou e nem sancionou a norma, que, então, voltou para a Casa Legislativa, onde foi promulgada. Prevista para ser implementada no ano letivo de 2023 na capital, a prática do ensino domiciliar seria regulamentada pela Secretaria Municipal de Educação, mas foi paralisada por uma decisão judicial que considerou como inconstitucional a lei que permitia a modalidade (Sander, 19/01/23).

Política pública federal: Programa Pé-de-meia. Em 2022, a taxa de abandono escolar no Ensino Médio no país foi de 6,5%. Em 2023, foi lançado este programa federal de incentivo financeiro, voltado a estudantes matriculados no ensino médio beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). O público-alvo é composto por estudantes matriculados no Ensino Médio das redes públicas, em todas as modalidades, com idade entre 14 e 24 anos, e estudantes de 19 a 24 anos, matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O programa funciona como uma poupança para promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes nessa etapa de ensino. Seu objetivo é democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens, além de fomentar a inclusão educacional e estimular a mobilidade social (Todos pela Educação, 2024)

Ao comprovar matrícula e frequência, o estudante do ensino regular recebe o pagamento de incentivos mensais no valor de R\$200, que podem ser sacados em qualquer momento. No caso da educação de jovens e adultos, ao comprovar matrícula, o estudante recebe um incentivo de R\$200, além de incentivos de R\$225 pela frequência, ambos disponíveis para saque. O beneficiário do Pé-de-Meia ainda recebe R\$1.000 ao final de cada ano concluído, que só podem ser retirados da poupança após a formatura no ensino médio. Considerando as parcelas

de incentivo, os depósitos anuais e o adicional de R\$200 pela participação no Enem, os valores chegam a R\$9.200 por aluno.

Política pública estadual: Turno Integral. A modalidade começou a ser implementada em 2018, quando as primeiras 11 escolas estaduais de Ensino Médio fizeram a transição para o Turno Integral. Desde então, o sistema foi ampliado, aumentando gradualmente até 302 escolas, em 2024, compreendendo atualmente 27% das instituições.

São ofertadas 9h de aulas diárias de aula em uma matriz curricular própria com 1.500 horas de atividades por ano, totalizando 4.500 horas até a conclusão do Ensino Médio. A diferença é que essa modalidade, além de aumentar a carga horária dos estudantes na escola, busca uma formação que coloca o estudante como protagonista do processo de aprendizagem. Dentro do currículo, além da Formação Geral Básica, são oferecidos componentes curriculares como Projeto de Vida, Estudos Orientados, Mentoria, Eletivas, Práticas Experimentais, Pós Médio, Projeto de Corresponsabilidade Social e Itinerários Formativos através das Trilhas de Aprofundamento Curricular e Trilhas de Qualificação Técnicas, a depender da escolha dos estudantes. Como forma de garantir a permanência, a saúde e o bem-estar, as escolas integrais também asseguram quatro refeições diárias.

Política pública estadual: Escola cívico-militar. Apesar do fim do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, em 2024 a Assembleia Legislativa gaúcha concedeu autorização para o Executivo instituir o Programa das Escolas Cívico-Militares. O RS mantém 69 escolas que aderiram ou mantêm o modelo cívico-militar. A iniciativa prevê um regime de cooperação entre as Secretarias Estaduais de Educação e de Segurança Pública. Com isso, profissionais do Corpo de Militares Estaduais da Reserva poderiam atuar como monitores nas instituições de ensino participantes. As atividades previstas nesta monitoria não constam no texto da legislação, o que seria definido posteriormente, em um regulamento específico. A normativa prevê que esses militares não sejam considerados profissionais da Educação Básica.

O programa de escolas cívico-militares no RS é questionado no STF, em parecer, AGU defendeu a inconstitucionalidade da lei promulgada em maio. Matéria aguarda manifestação da Procuradoria-Geral da República para, depois, ser apreciada pelos ministros do Supremo.

Política pública estadual: Todo Jovem na Escola. Lançado em 2021, o programa do governo do RS busca combater a evasão escolar a partir do pagamento de auxílio financeiro aos alunos da rede estadual. O programa repassa mensalmente uma bolsa de R\$150 ou R\$225 para estudantes em situação de vulnerabilidade com frequência mínima de 75% nas aulas.

Conforme o governo, até janeiro de 2024, foram 175.154 jovens beneficiados. Em três anos, foram investidos pelo governo estadual R\$279,4 milhões na ação. Em 2025, o programa foi ampliado com mais recursos, além da bolsa mensal o programa também disponibiliza R\$150 no início de cada ano letivo para auxiliar os estudantes na compra do material escolar. Os alunos aprovados ainda recebem o depósito de R\$300,00 com possibilidade de retirar R\$75,00 por ano ou o valor integral de R\$900,00 após a conclusão do Ensino Médio. Com todos os benefícios, alunos de turno integral podem acumular até R\$8.250 ao fim do Ensino Médio, enquanto estudantes da modalidade regular podem receber até R\$6.000,00 mil, incluindo uma poupança aprovação e auxílio material escolar (RS, 2023a).

Política pública estadual: Partiu Futuro Reconstrução. Programa estadual lançado em 2024 que prevê a qualificação técnica e a aprendizagem profissional para jovens a partir de 14 anos, promovendo o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade social ao mundo do trabalho por meio da promoção de estágios e aprendizagem profissional.

O eixo 1 propõe a oferta de vagas de estágio em escolas públicas estaduais para jovens a partir de 16 anos, pertencentes a famílias cadastradas no CadÚnico e matriculados nas referidas escolas. Essa frente conta com a participação de 108 escolas localizadas em territórios abrangidos pelo programa RS Seguro. Serão beneficiados

324 estudantes, que terão acesso a bolsa auxílio, vale-refeição e auxílio transporte, totalizando R\$723,80. O contrato será de seis meses (4h por dia), com possibilidade de renovação.

No eixo 2, alunos ou egressos do Ensino Médio poderão atuar como Jovens Aprendizes em vagas existentes em órgãos públicos estaduais e municipais. Serão contemplados mil jovens de 14 a 24 anos incompletos, pertencentes a famílias do CadÚnico. Esse trabalho será executado em oito municípios selecionados a partir do RS Seguro: Alvorada, Canoas, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Santa Maria, São Leopoldo e Viamão. Os jovens terão carteira assinada, salário-mínimo regional (4h diárias) e demais direitos trabalhistas previstos na Lei da Aprendizagem (Lei Estadual 15.481/2020), além de formação teórica para acompanhar atividades práticas ao longo de um contrato de 24 meses.

No eixo 3, haverá a oferta de vagas de Jovem Aprendiz para alunos em empresas. Para isso, escolas técnicas ou ofertantes do itinerário de formação técnica e profissional serão credenciadas como entidades qualificadoras junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Poderão participar alunos de cursos técnicos integrados, de 14 a 22 anos incompletos, preferencialmente pertencentes a famílias do CadÚnico. Nesse eixo, a meta é beneficiar 1.156 jovens com acesso a emprego com carteira assinada. Foram selecionadas escolas técnicas de Canoas, Capão da Canoa, Esteio, Guaíba, Portão, Porto Alegre e São Leopoldo (RS, 2023a).

Esta uma listagem preliminar de iniciativas em curso no RS visando a redução do avasão escolar, e que devem ser alinhadas, ou mesmo integradas, se o governo estadual objetivar expandir o EPT no estado, buscando se ajustar ao Programa Juros por Educação, bem como promover o desenvolvimento regional.

Em uma primeira análise, a maioria destas políticas não tem impacto em Cachoeira do Sul. Seja pelo fato de estar em estágio piloto, restrita e poucos municípios, seja porque se encontra em disputa judicial ou política. Assim, a análise ao impacto na capacidade de redução da evasão provavelmente será limitada a uma seleção restrita de ações com efetividade naquele município.

De acordo com o referencial de Bourdieu, estas iniciativas integram o campo em disputa sobre os rumos da EPT no RS, e refletem diferentes alianças de poder econômico e político. O Sistema S, por exemplo, dispõe de uma sustentabilidade financeira-econômica assegurada pela Constituição sem concorrência nessa disputa. Sofre, porém, igualmente com o fenômeno da evasão escolar por ter adotado o Ensino Dual em todas as suas unidades. As diversas, até contraditórias políticas públicas estaduais, emergem da crescente cobrança à atual administração em sua resposta ao desastre de maio de 20024, mas carece de sustentabilidade financeira enquanto não houver concretização do Programa Juros pela Educação e maior flexibilidade no orçamento estadual.

DISCUSSÃO

O sistema educacional, especialmente na educação profissional e tecnológica, nem sempre tem conseguido alinhar suas propostas formativas às exigências do mercado de trabalho. Gugelmin (2015) destaca que a fragmentação do ensino e a falta de uma infraestrutura adequada nas escolas públicas dificultam a preparação dos alunos para atender a essas expectativas. A ausência de laboratórios, a sobrecarga curricular e a falta de adaptação dos itinerários formativos às realidades locais fazem com que muitos estudantes não vejam sentido na continuidade de sua formação, o que acaba por agravar o quadro da evasão escolar.

Desta maneira, ao não preparar adequadamente os alunos para as exigências do mercado de trabalho contemporâneo, o sistema educacional não só contribui para a evasão, mas também para a incapacidade de muitos jovens se inserirem de forma eficaz no mercado, reforçando a dualidade e as desigualdades educacionais que marcam a realidade brasileira.

Segundo Moura (2008), uma das questões da evasão escolar é resultante da desigualdade social no Brasil e da dualidade estrutural. Os alunos buscam cursos técnicos com o objetivo de conseguirem uma boa formação para ingressarem no mundo do trabalho, mas acabam deparando-se com uma realidade diferente das suas expectativas.

O papel do governo na elaboração de políticas públicas voltadas ao combate da evasão escolar é crucial, uma vez que não constitui um fenômeno isolado, mas sim um reflexo de diversas questões estruturais no sistema educacional. Nesse contexto, o governo deve atuar não apenas no fornecimento de incentivos financeiros, como bolsas de estudo, mas também em outras áreas fundamentais, como a melhoria da qualidade da educação, a ampliação da infraestrutura e o apoio psicossocial aos estudantes.

O combate à evasão escolar exige um enfoque multidimensional, que vai além das simples políticas de incentivo financeiro, como bolsas de estudo. Embora tais medidas possam aliviar as dificuldades materiais enfrentadas por muitos estudantes, elas não são suficientes para enfrentar os problemas estruturais mais profundos, como a precariedade da infraestrutura escolar e as desigualdades sociais que limitam o acesso e a permanência na educação básica e profissional.

Compreender a evasão escolar exige a incorporação de fundamentos teóricos que ultrapassem a lógica da assistência financeira, e é nesse contexto que a contribuição de Bourdieu (2009; 2011) se mostra essencial. Trazendo concepções como o capital cultural, *habitus* e reprodução social, o autor evidencia que o desempenho escolar não depende apenas do esforço individual, mas está profundamente ligado às condições sociais e culturais de origem dos estudantes.

Dessa forma, ao reconhecer que a evasão escolar está enraizada em estruturas sociais mais amplas, torna-se indispensável aprofundar a compreensão de seus múltiplos significados e manifestações no contexto específico da Educação Profissional e Tecnológica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. C.; BRZEZINSKI, I. **Unesco e a educação profissional para o Século XXI: informalidade e flexibilização como horizontes para a formação do trabalhador.** Revista Educativa - Revista de Educação, Goiânia, v. 23, n. 1, p. e7755, 2021. DOI: 10.18224/educ.v23i1.7755.
- ASSUNÇÃO, J.; GONZAGA, G. **Educação profissional no Brasil: inserção e retorno.** Série Cenários N. 3. Brasília: SENAI Nacional; PUC-RJ, 2010.
- BARROS, R. Paes *et al.* **Impactos da educação técnica: sobre a empregabilidade e a remuneração.** São Paulo: Insper, Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho, 2023.
- BOURDIEU, P. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2009.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento.** Tradução de Daniela Kern e Guilherme J.F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007
- BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia.** Tradução de Lígia Calapez e Pedro Simões. Porto: Campo das Letras, 2006.
- BOURDIEU, P. **Una invitación a la sociología reflexiva.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Impactos econômicos e regionais da ampliação da oferta e uso de trabalho com qualificação técnica e profissionalizante de nível médio.** Relatório final. Brasília; Belo Horizonte: Cedeplar, 2024.
- CACHOEIRA DO SUL. **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.** Disponível em: <https://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/portal/secretarias/>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- CAMARGO, J.; LIMA, L.; RIVA, F.; SOUZA, A. P. Technical education, non-cognitive skills and labor market outcomes: experimental evidence from Brazil. **IZA Journal of Labor Economics**, v. 10, n. 2, 2021.
- CARAVELA. **Dados e Estatísticas.** [s.d.], Florianópolis. Disponível: <https://www.caravela.info/caracteristicas/cachoeira-do-sul-rs>. Acesso: 3 out. 2024.
- COSTA, A. **Educação Profissional e interiorização: o caso de Volta Redonda como expressão nacional.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade Federal do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.
- CUNHA, A.; Peruffo, L.; Miebach, A. Juros por educação? **FCE UFRGS**, 01 abr. 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fce/juros-por-educacao/>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- DESINI, R. **O ensino médio integrado aos cursos técnicos e o desenvolvimento regional: uma análise sobre o Campus Osório do IFRS.** 2023, 17f. Monografia (Especialização em Educação Básica e Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Osório, 2023.

GUGELMIN, L. **Evasão escolar na educação profissional**: diagnóstico dos cursos técnicos subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

HENRIQUES, R.; CARVALHO, M; BARROS, R. **Avaliação de impacto em educação**: a experiência exitosa do programa Jovem de Futuro em parceria com o poder público. São Paulo: Instituto Unibanco, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**: Cachoeira do Sul/RS, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MENDES, L.; MUELLER, A. Teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu e sua aplicação aos estudos regionais. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), 20. Sessão Temática 11...**ANais**, Belém, 23-26 mai. 2023.

MONTAGNER, M.; MONTAGNER, M. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 5, n. 2, p. 255-273, 2011.

MOURA, D. **Educação básica e educação profissional e tecnológica**: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, [S. l.], v. 2, p. 4–30, 2008. DOI: 10.15628/holos.2007.11.

PASCOAL, I. Educação profissional de nível técnico (1997-2021): pressupostos e conflitos. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 20, n. 41, p. 01-28, jan./dez., 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Jovem de Futuro**: relatório de atividades 2024. Porto Alegre, 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Gabinete do Governador. **Programas Partiu Futuro e Todo Jovem na Escola**. Apresentação PPT. Porto Alegre, out. 2023(a).

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Governo apresenta Jovem de Futuro em evento para mais de 800 gestores escolares**. 26 set. 2023. Disponível em: <https://www.educacao.rs.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SANDER, I. Implantação do homeschooling em Porto Alegre é paralisada após Justiça considerar lei inconstitucional. **Jornal Zero Hora**, 19 jan. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SILVEIRA, Z. **Concepções de educação tecnológica na reforma da educação superior**: finalidades, continuidades, e rupturas - estudo comparado Brasil e Portugal (1995-2010). Niterói, 2011. 445f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

THIRY-CHERQUES, H. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p.27-55, jan./fev. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>.

THOMSON, P. In: GRENFELL, M. (org.). **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Tradução de Fábio Ribeiro, Petrópolis: Vozes, 2018, pp. 95-114.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Análise do Programa Pé-de-Meia**. Relatório final. São Paulo, abr. 2024.

